



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



D. MARIA: A FORMAÇÃO DA PRINCESA DO BRASIL

Ana Lucia de S. Abenassiff¹

Resumo: O longo reinado de Dom João V (1707-1750) caracterizou-se por apresentar várias transformações tanto no plano interno ao Reino quanto em relação à configuração de seu vasto império colonial. Naquele período, Lisboa vivia plenamente os significados de capitalidade, ao passo que Portugal definia-se como um Estado de segunda grandeza, apesar de suas possessões coloniais. Foi durante esse período que nasceu D. Maria, a primeira rainha reinante de Portugal. Com vistas a compreender sua trajetória, buscamos, neste trabalho, analisar o processo de formação da futura rainha, na relação com o contexto luso, no qual ela estava inserida. Para isso, propomo-nos a apresentar alguns elementos que compunham o cotidiano dessa formação em termos curriculares, o que incluía uma gama variada de conteúdos tais como retórica, latim, francês, desenho, pintura, entre outros, bem como o que envolvia o trabalho dos mestres que a acompanhavam. Conclui-se que a educação recebida por D. Maria fazia jus à formação recebida pelos príncipes e pela alta nobreza, de modo que a habilitou para ocupar o trono português.

Palavras-chave: D. Maria I, Formação, Trajetória, Portugal, Século XVIII.

¹ Aluna do Programa de Mestrado em História Social das Relações Políticas – PPGHIS – UFES. Parte do grupo de Pesquisa *Modernidade Ibérica*, coordenado pela Profa. Dra. Patrícia Merlo e vinculado ao *Laboratório História, Linguagens e Poder* (LHLPP)/PPGHIS – UFES.

Abstract: The long reign of John 5th (1707-1750) was characterized by several changes both in the internal plane to the Kingdom and in relation to the analyzis of its vast colonial empire. At that time, Lisbon lived fully the meanings of capitality, while Portugal defined itself as a state of second greatness, despite its colonial possessions. It was during this period that Mary was born, the first reigning queen of Portugal. In order to understand her biography, we seek, in this work, to analyze the formation process of the future queen, in relation to the Portuguese context, in which she was inserted. For this, we propose to present some elements that made up the daily of this formation in curricular terms, which included a varied range of contents such as rhetoric, Latin, French, drawing, painting, among others, as well as what involved work of the masters who accompanied her. It is concluded that the education received by Mary was worthy of the training received by the princess and by the high nobility, so that it enabled her to occupy the Portuguese throne.

Keywords: Mary 1st, Formation, Biography, Portugal, 18th Century.

O ESPLENDOR DO PERÍODO JOANINO

D. Maria I nasceu durante o governo de D. João V (1689-1750), presença marcante desde seu nascimento. O governo joanino inaugurou uma nova administração marcada por um novo modelo cultural, posto que o monarca “herdava um reino independente, reconhecido pelas potências europeias” (PEREIRA, 2011, p. 63). De acordo com a historiadora lusa Ana Cristina Pereira, o período que vai de 1706 a 1750, “[...] inaugura uma época sem precedentes, de uma corte esplendorosa, aberta aos modelos europeus e recetiva às influências francesas, em particular” (PEREIRA, 2011, p. 63).

A base financeira que possibilitou toda essa opulência foi o fluxo das riquezas provenientes da mineração nos sertões do Brasil, descobertas entre a última década do

século XVII e no princípio da segunda década do século XVIII², que trouxeram à coroa a necessidade de reformular sua orientação política de forma ampla, buscando fortalecer os laços com a colônia e redefini-la do ponto de vista político e territorial. De fato, de acordo com Ricardo Oliveira (2009) o reinado de Dom João V foi marcado pelo empenho em realizar essas árduas tarefas.

O historiador Charles Boxer (2002), cometando sobre o afluxo de ouro no período, destaca que também os diamantes garantiram ao Rei português a autonomia dentro de seu próprio Império e fora dele. Ademais, a exploração de minerais em terras brasileiras trouxe prosperidade à sociedade portuguesa de modo geral:

Mesmo em Portugal, a exploração dos recursos minerais brasileiros e o grande reflorescimento do comércio português com a colônia permitiram à metrópole resolver o problema do balanço deficitário com o resto da Europa por meio do ouro que, em conjunção com os diamantes do Brasil, enriqueceu a Coroa, a Igreja e a Corte, e forneceu a Dom João V recursos suficientes para que não fosse obrigado, durante seu longo reinado (1706-50), a convocar as Cortes e lhes pedir dinheiro. Conta-se que esse monarca disse, ao tratar do assunto: “Meu avô temia e devia; meu pai devia; eu não temo nem devo” (BOXER, 2002, p. 171).

Tamanha fortuna que permitiu que D. João V se transformasse de um jovem tímido que herdou uma guerra e suas dívidas, em um Rei de vaidade exacerbada que definia sua gestão, com uma sentença pronta (BOXER, 2002). E de fato o rei D. João V pode se beneficiar do poder de manobra que as riquezas do Brasil lhe propiciavam, pois como salienta o historiador Ricardo Oliveira (2009):

² Conforme o pesquisador português António Sérgio (1983, p 117), a primeira fundição em Taubaté (SP) data de 1694 e calcula-se que no reinado joanino as minas do Brasil tenham rendido cerca de 107 milhões de cruzados à Coroa.

Observado tudo isso, deve-se considerar que, no plano interno, ocorria plena sedução da nobreza, o que possibilitou expressiva estabilidade, facilitada pelo afluxo das riquezas do Brasil que, no dizer de outro contemporâneo, causava “admiração da Europa as frotas do Brasil pela riqueza que transportam da América”, tesouros a tanto aguardados e que se “manifestaram liberalmente em seu reinado”, o que permitiu operar com grande margem de manobra na implementação de projetos e atender mais confortavelmente às demandas intrínsecas à governação do reino, fazendo com que fosse visto por todos como um monarca sabidamente generoso (OLIVEIRA, 2009, p. 116).

A riqueza do período joanino não passou despercebida pelo padre e erudito humanista António Pereira de Figueiredo, quando escreveu em 1775, **Elogios dos Reis de Portugal**, onde descreve um rei bem sucedido nas guerras e preocupado com as obras de Deus na terra:

Acabada a guerra de Espanha deparou a fortuna d’El Rei D. João V huma nova ocasião de triunfo a foldadesca portuguesa. Foi assim, que o Turco depois de se ter já feito senhor da Moréa, ameaçava a ilha de Corsú: e estavam o Papa, e os Venezianos em grande susto [...] Cheio deste temor pede o Papa Clemente XI socorro a El rei d. João [...] Corria o anno de 1717 quando isto succedeo. E neste mesmo anno El Rei, que pelas armas se tinha já feito muito glorioso, assinalou com dous illustres Monumentos a sua eximia piedade para com Deos. Porque nelle deo principio ao magestoso Convento de Mafra em satisfação de voto que fizera; e erigio em Basilica Patriarcal a Capella do seu Paço, que era dedicada ao Apostolo São Thomé (FIGUEIREDO, 1775, p. 235- 237).

O fragmento apresenta um rei com recursos financeiros tanto para guerras³ quanto para construções suntuosas, como o Convento de Mafra, que reunia em um só

³ A fonte **Elogio dos Reis de Portugal** menciona as duas mais expressivas guerras que o rei esteve envolvido, a primeira, a Guerra de Sucessão de Espanha (1703 – 1714), herdada de seu pai

edifício uma igreja, um convento e um palácio. Na verdade, Mafra nasceu de uma promessa que o Rei fez a Deus de erigir um convento dedicado a Santo Antônio em troca dos filhos que ele gostaria de ter. Pois, de acordo com o pesquisador José Fernandes Pereira (1992, p. 47), “[...] do casamento do Rei não resultaram frutos imediatos, ou pelo menos com a rapidez pretendida [...]”. Sentindo-se atendido em sua promessa, D. João V acompanhou o nascimento, em 1711, da pequena D. Maria Bárbara e empreendeu todos os esforços na construção de Mafra. Segundo Pereira (1992),

Inicialmente seriam modestos os propósitos do Rei que pretendia um convento para 30 frades. O projecto é alterado por duas vezes em ordem a engrandecê-lo, em datas e por razões que desconhecemos. Nota-se que a fundação do Convento anda associada a um voto, satisfeito em 1711, e que logo em 1712 nasce um segundo filho (D. Pedro falecido em 1714) e dois anos nasce o futuro D, José. Significativamente, o projecto inicial sofre também dois aumentos – e de 30 passará para 300 frades. Tal coincidência não será inteiramente fortuita. Mas entre 1711 e 1717 o próprio projecto e sonho do Rei foi aumentado. Terá ganho corpo a ideia de fazer de Mafra o símbolo grandioso, duradouro e renovador de um reinado marcado pelo extraordinário afluxo de riquezas coloniais (PEREIRA, 1992, p. 51).

O início do século XVIII foi vital para a arquitetura barroca que alcançou grande esplendor no reinado joanino com suas grandes construções. Além de Mafra, foi

empreendida em favor do Arquiduque Carlos de Áustria e a segunda, a Batalha de Matapão (1717), em prol do Papa Clemente XI na República de Veneza que lutava contra os turcos (FIGUEIREDO, 1775, p. 235).

erguida a Igreja de Santa Engrácia e também a Basílica Patriarcal. Esta última foi negociada pelo próprio rei com o Papa Clemente XI e assim dividiu a cidade de Lisboa em duas Sés Episcopais (FIGUEIREDO, 1775).⁴ De fato, além de sua autonomia financeira, o rei D. João V também nutria um bom relacionamento com a Igreja Católica, suas doações generosas endossavam ainda mais a sua fé:

Deram-se grandes somas a vários pontífices, em troca das vantagens, para o rei substantivas, de se elevar a patriarcado o arcebispado de Lisboa, de vestir o patriarca paramentos como os do Papa, de seguir uma liturgia semelhante à dos cardeais e de ostentar ele, o soberano, o título de «fidelíssimo» (SÉRGIO, 1983, p. 118).

Esse período foi denominado pelo historiador luso António Sérgio de “um delírio de luxo beato” financiado pelas minas do Brasil. Tamanha ostentação e dispêndio fez com que D. João V entrasse para a historiografia com a alcunha de Rei Sol Português, dada a abastança e investimentos que rememoram, de modo particularmente devoto, o reinado de Luís XIV da França (SÉRGIO, 1983). Aparentemente as questões religiosas estiveram presentes nas diretivas joaninas até na escolha das amantes.⁵

⁴ Cf. Figueiredo (1775, p. 237-239).

⁵ A historiadora Susan Schneider relata o que Voltaire afirmou, ironicamente, acerca da devoção do Rei Português: “Quando ele queria uma festa, fazia uma procissão religiosa, quando queria um novo palácio fazia um convento e quando queria uma amante escolhia uma freira” (SCHNEIDER, 1980, p. 8). Segundo a autora, D. João V teve vários casos duradouros, onde podemos incluir o com a abadessa Paula Teresa da Silva, com quem teve filhos. (Cf. SCHNEIDER, 1980). Conforme Isabel Lencastre, “[...] o mais novo dos Meninos de Palhavã nascera em 1720 e era filho de Paula Teresa da Silva, freira no Convento de Odivelas – a famosa Madre Paula, amante que D. João V por mais tempo cultivou”. “Os três filhos varões havidos por D. João V fora do seu casamento com D. Maria Ana de Áustria, e por ele reconhecidos, chamaram-se António, Gaspar e José. Foram eles os famosos Meninos de Palhavã, assim chamados por terem vivido no palácio do marquês de Louriçal,

Grosso modo, podemos dizer que D. João V movimentou a sociedade lisboeta, promoveu o campo cultural, investiu na adoção do estilo barroco para a arquitetura, mobiliário, talha, azulejos e ourivesaria. Também data do período, a introdução da ópera italiana em Portugal (SERRÃO, 2014). A historiografia mais recente tem destacado o período joanino pelo grande investimento cultural e artístico, como salienta o historiador português Nuno Gonçalo Monteiro (2010):

[...] o contínuo investimento cultural e artístico, que se consubstanciou na importação sistemática de numerosos artistas e músicos italianos, bem como na encomenda direta de trabalhos, como pinturas ou coleções de gravuras. O auge da cultura intelectual barroca em Portugal expressar-se-ia não só em diversas academias literárias, mas ainda na fundação da real academia da História [...] (MONTEIRO, 2010, p. 349).

A fundação da Real Academia Portuguesa de História ocorreu em oito de dezembro de 1720, interessada em promover as glórias do passado português dentro do próprio reino e para toda a Europa. De acordo com Santos e Figueiredo (1982), a importância da criação dessa academia perpassa não somente pelo encontro de grandes intelectuais, como também pela preservação de acervo histórico:

No anno de 1720 instituiu ElRei huma nobre Academia, que constava de cinquenta Socios da Corte, a fora outros muitos Provincias: cujo fim era compor-se nas Linguas Latina, e portuguesa a Historia deste Reino, tanto Ecclesiastica, como Secular. E com effeito para Ella se compor ajuntarão alguns dos Socios grande cópia de materiaes, nas muitas Memorias antigas que recolhêrão das Bibliothecas, e Cartorios públicos, e particulares: distinguindo-se entre todos José Soares da Silva, Manoel Pereira da Silva

onde hoje está alojada a Embaixada de Espanha em Lisboa”. (Cf. LENCASTRE, 2012, p. 101). Esse gosto peculiar, por freiras em especial, lhe rendeu o apelido de *freirático*, utilizado em tom de escárnio na época.

Leal, Francisco Leitão Ferreira, e os três não menos irmãos na erudição, do que no sangue, José Barboza, Diogo Barboza, e Ignacio Barboza (FIGUEIREDO, 1775, p. 243.)

No campo do ensino, surgiu uma preocupação com métodos experimentalistas e atualizados com as questões mais contemporâneas, como atesta a publicação, em 1746, do *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Verney (1713-1792) (SERRÃO, 2014). Como apontado pela historiadora Patrícia Merlo (2015), a obra de Verney apresentava críticas incisivas a respeito do ensino em geral:

Partilhando com outros autores a crítica pedagógica à escolástica e aos jesuítas, o Verdadeiro método de estudar volta-se à apreciação da situação de cada ramo do saber – matemática, gramática, estudos jurídicos, física, medicina, etc. – para os quais sugere diversas modificações. No conjunto, a obra destaca a crítica ao conhecimento estabelecido sob uma autoridade única, quer fosse este Aristóteles ou outro pensador; defendendo o uso da observação e da experimentação, norteadas pela indução, para chegar ao conhecimento. Verney oferece, assim, um projeto enciclopédico de reforma do saber ministrado em Portugal, assentado no racionalismo e na defesa do experimentalismo (MERLO, 2015, p.65-66).

No que diz respeito à Língua vernácula, merece destaque a obra de autoria de Raphael Bluteau (1638-1734), “[...] outro clérigo a se mostrar em sintonia com as ideias dos ‘modernos’ [...]” (MERLO, 2015, p. 58), que publicou o primeiro dicionário português intitulado *Vocabulario Portuguez e Latino*, composto por dez volumes, produzido entre 1712 e 1721 pela Oficina Régia.

Como é possível perceber, ainda que sumariamente, durante o reinado de D. João, graças a uma conjuntura socioeconômica próspera, foi possível desenvolver em Portugal a estética de um barroco pleno, que foi designado pela História da Arte como “barroco joanino” (PEREIRA, 1992, p. 30). Este campo artístico viu-se envolvido numa grande festividade pela celebração da fé, pela exaltação do Monarca e

pela própria comemoração e afirmação da independência nacional (Cf. SERRÃO, 2003). Esse foi o contexto em que nasceu e cresceu a infanta D. Maria.

O NASCIMENTO DE D. MARIA

No dia 17 de dezembro de 1734, nasceu no Paço da Ribeira, em Lisboa (RAMOS, 2010), a primeira filha do casal de Príncipes do Brasil e futuros reis de Portugal, D. José (1714-1777) e D. Mariana Vitória de Bourbon (1718-1781). O casamento havia acontecido em 19 de janeiro de 1729, mas como a Infanta D. Mariana Vitória de Bourbon tinha apenas 10 anos, a noite de núpcias só se consumou em 31 de março de 1732 (PEREIRA, 2011).

Dois anos depois, em 1734, chegou a notícia tão esperada: D. Mariana Vitória estava grávida (PEREIRA, 2011). Em dezembro daquele mesmo ano veio ao mundo Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança, como foi chamada a neta primogênita de D. João V, prontamente agraciada por seu avô com o título de Princesa da Beira.⁶ Nessa época seu avô já reinava a 27 anos e seus pais eram muito novos, sua mãe tinha apenas 16 anos e seu pai 20 anos (RAMOS, 2010).

Quanto à linhagem a princesa recém-nascida descendia, por parte de pai, da dinastia dos Bragança. Por sua avó paterna, D. Maria Ana de Áustria, a infanta era neta do Imperador do Sacro Império, Leopoldo I. Era ainda uma Bourbon, por parte do avô, Filipe V de Espanha,⁷ com ligações com a Casa da Baviera e outras casas da

⁶ Princesa da Beira foi um título, especialmente, criado por seu avô para Maria, que também era a 13ª duquesa de Bragança, “quando seu pai subiu ao trono em 1750, D. Maria Francisca, como primogênita, passou a ser designada também por Princesa do Brasil, título que os primogênitos dos reis de Portugal só deixavam de usar quando acendiam à governação”, pois o título era passado imediatamente ao próximo herdeiro da Coroa, de acordo com a historiadora Luísa Boléo (2009, p. 32-33).

⁷ Filipe era neto de Luís XIV e havia herdado a Coroa espanhola, sua esposa era Isabel de Farnésio que era a herdeira do trono ducal de Parma (RAMOS, 2010, p. 37).

Europa, já pela parte de sua avó materna, Isabel Farnésio⁸ (1692 -1766), havia uma ligação com a Casa ducal de Parma (RAMOS, 2010).

O nascimento da pequena Maria Francisca foi comemorado com três dias de festas e queima de fogos (BENEVIDES, 1878). Acerca dos festejos, descreve Caetano Beirão (1944):

Como era de uso em tais ocasiões, houve luminárias por toda a cidade, repique de sinos, e descargas de artilharia, durante três dias. D. João V despachou logo um postilhão a participar a novidade aos Reis católicos. Depois, deu audiência ao Embaixador da Espanha, Marquês de Capecelatro, e a toda corte. No dia seguinte, missa cantada, sermão e *Te Deum* na Patriarcal (BEIRÃO, 1944, p. 29).

Por essa descrição podemos perceber além das celebrações de nascimento da futura reinante, parte dos costumes da corte portuguesa daquela época. Não menos suntuoso também foi seu batizado, em nove de janeiro de 1735, como menciona a fonte de 1741, **Historia genealogica da Casa Real Portugueza**, do primeiro biógrafo de D. Maria, D. António Caetano de Sousa:

Foy bautizada a 9 de janeiro do anno seguinte pelo Patriarca, assistido do seu Collegio, e das mais Ordens da Santa Igreja de Lisboa, se executou com grande pompa. [...] Acompanharaõ todas as Damas da rainha, e Princesa, Senhoras de Honor. Era grande o concurso do povo por toda parte do Paço (SOUSA, 1741, p. 355).

⁸ Isabel Farnésio era filha de “Doroteia Sofia de Neuburgo, irmã de D. Maria Sofia, esposa de D. Pedro II de Portugal e *outrossim* irmã da imperatriz D. Leonor, mãe de D. Mariana de Áustria”, avó paterna de D. Maria (RAMOS, 2010, p. 37).

Para um evento de tamanha importância os padrinhos escolhidos foram seu avô paterno, Rei de Portugal e a avó materna Rainha da Espanha, D. Isabel de Farnese⁹, representada na ocasião pela infanta D. Francisca. Conforme a historiadora lusa Luísa Boléo (2009), as celebrações mais luxuosas nos reinados de D. João V, D. José I e D. Maria I, “eram sem dúvida os nascimentos, batizados, casamentos, exéquias e aniversários de membros da família real, bem como as evocações em honra de diversos santos e santas [...]” (BOLÉO, 2009, p. 55-56). Os primeiros 16 anos de vida da princesa transcorreram sob a regência de seu avô que teve, como já apontamos, um reinado “dos mais longos e profícuos da História de Portugal” (BOLÉO, 2009, p. 37).

A FORMAÇÃO DE D. MARIA

As fontes localizadas não apontam com clareza para o tipo de instrução recebida por D. Maria em seus primeiros anos. De acordo com Oliveira Ramos, a **Gazeta de Lisboa**, um jornal da época, não apresenta notícias da Princesa da Beira no período de sua infância e nem menciona qualquer coisa relacionada com sua instrução (RAMOS, 2010). Mas, possivelmente, não deve ter sido muito diversa da educação usual atribuída à nobreza do período.¹⁰ Caetano Beirão enfatiza o ambiente cultural em que a princesa cresceu, “Nascida naquele meio e filha de tão inteligente Princesa [D. Mariana Vitória], foi esmerada a educação de D. Maria Francisca, bem como de suas irmãs” (BEIRÃO, 1944, p. 33).

Entretanto, há versões que indicam que a infanta sofresse com uma saúde frágil. Esse é o caso dos escritos de Francisco da Fonseca Benevides em **Rainhas de**

⁹ Veremos que o sobre nome da avó materna de D. Maria, dependendo da escolha do autor será escrito Farnésio em português ou Farnese em italiano. No caso de Luísa Boléo (2009), esta optou pelo uso do italiano na grafia.

¹⁰ Segundo o sociólogo alemão Norbert Elias, as sociedades de corte europeias falavam a mesma língua, liam os mesmos livros, e em graus diferentes, os mesmos gostos e o mesmo estilo de vida (ELIAS, 1993, p. 18).

Portugal, escrito em 1878. Segundo narra, “foi de compleição delicada a princesa da Beira nos seus primeiros anos, de modo que não quiseram insistir muito na sua instrução” (BENEVIDES, 1878, p. 485). O historiador Luís de Oliveira Ramos (2010) pontua que a educação de D. Maria não teve a qualidade proporcional a de Luís XV, no entanto, essa informação carece de precisão, uma vez que ele não teve acesso a sua biblioteca escolar.¹¹ De todo modo, o autor indica que “no Portugal joanino, talvez mais do que no Portugal mariano, as obrigações religiosas pautavam o dia a dia das majestades, das altezas, da corte” (RAMOS, 2010, p. 38).

De maneira geral, os principais relatos sobre a infância da infanta foram unânimes em descrever sua prodigiosidade.¹² O primeiro biógrafo de D. Maria não lhe economiza adjetivos:

A natureza a dotou tão liberalmente, que nela empregou todos os dotes da maior perfeição; porque sobre a fermosura pprodigiosa, logo começou a dar a conhecer quaes eraõ as virtudes, de que se adornava, porque aos dezasete mezes da sua idade começou a fallar com taõ clara expressão, que não era daquella tenra idade; ao mesmo tempo se lhe vio dar attenção à Missa com tal seriedade, que causava huma pasmosa admiração a toda família, que lhe assiste, e como não lhe era necessário o tempo para se adiantar na idade, porque parece se lhe antecipou o uso da razão, logo se applicou a se instruir nos Mystérios de nossa Santa Fé, porque não tendo mais, que dous annos, sabia com perfeição toda a Doutrina Christãa, que comprehende o Cathecismo; e aos tres da sua florída idade, recitava já com reflexão o Symbolo de Santo Athanasio, o *Te Deum*, *Magnificat*, e outras Orações na lingua Latina: quando tinha comprido quatro lia perfeitamente as linguas Portugueza, Castelhana, e na latina recitava o Officio de Nossa Senhora

¹¹ Cabe considerar que mesmo a educação de Luis XIV foi alvo de críticas, pois segundo o Duque de Saint-Simon “[...] na infância do príncipe, sua educação fora prejudicada, e até certo ponto negligenciada pela Rainha-Mãe e pelo ministro Mazarino, em função de uma conjuntura política turbulenta, as revoltas da Fronda”(LOPES, 2012, p. 102).

¹² Cf. SOUSA (1741), BENEVIDES (1878) e BEIRÃO (1944).

devotamente attenta: de forte, que em tudo brilha huma escondida moção de graça sobrenatural, que confunde aos que lhe assistem: em pouco espaço de tempo depois soube a lingua Franceza, não só entendendo-a, mas vertendo-a na propria com energia; assim aos cinco annos entrou a aprender a lingua Latina: quaes serão os progressos, onde os principios são prodigiosos (SOUSA, 1741, p. 357 e 358)!

Também Francisco Benevides (1878, p. 486) relata que “a princesa tinha facilidade de aprender e bastante memória”, pois ainda pequena “começou a recitar epigramas e versos latinos; mais tarde ensinaram-lhe as línguas castelhana, francesa e latina”. Beirão, em tom de crítica, aponta que “Ainda que haja certo exagero nesta narrativa do genealogista da casa real, não se pode duvidar de que a Princesa da Beira possuía uma facilidade de recepção e um discernimento impróprios da sua pouca idade” (BEIRÃO, 1944, p. 30).

Certamente, António Caetano de Sousa (1741) carregou nas tintas para descrever a pequena princesa, afinal tratava-se da primogênita da Casa Real. Aliás, a pesquisadora inglesa Jenifer Roberts (2012) destaca que sua formação foi influenciada diretamente por seus avós paternos que eram extremamente religiosos, sendo a devoção um dos traços fundamentais da sua personalidade. De fato, a infanta acabou se tornando uma companhia frequente para os avós, aos quais acompanhava em seus deslocamentos sazonais para a quinta de Belém, como também nas missas e outras práticas religiosas (PEREIRA, 2011).

Além da religiosidade, outra característica destacada por seus biógrafos era a caridade. Segundo Beirão, “nada lhe era mais agradável, em nada se comprazia mais que fazer o bem”, por isso, parte do dinheiro que seus pais lhe davam para gastar com adornos, ela destinava à caridade das pessoas necessitadas. Para o historiador, “a piedade, a bondade e a modéstia, foram virtudes que a acompanharam por toda a sua vida” (BEIRÃO, 1944, p. 32). Atributos que parecem desejáveis a todo nobre, sobretudo, à herdeira do trono.

Dentre os passatempos de criança da nobre Maria Francisca estava a leitura, pois apreciava se fechar em um pequeno aposento e folhear os livros. Também se dedicou às artes, principalmente, à música, uma vez que a corte de seu avô era um “viveiro de artistas” (BEIRÃO, 1944, p. 33). De acordo com Luís de Oliveira Ramos (2010),

A educação musical mereceu especial atenção na educação da futura rainha e suas irmãs. Para mestre de música da já então princesa do Brasil foi endereçado convite a um personagem napolitano, filho de espanhol, então a trabalhar na corte de Sabóia. Chamava-se David Perez e, em 1751, estava em Turim, onde ia à cena *Zenóbia e Demétrio*. Veio para Lisboa em 1752, a ganhar 9000\$000 por ano e não tardou a ser nomeado mestre da Capela Real (RAMOS, 2010, p. 45).

Para além da música, a equitação, a pintura e o desenho lhe foram apresentados como parte da educação régia. De acordo com o que a historiadora lusa Maria do Céu Borrêcho (1993) aponta há a possibilidade do programa de instrução de D. Maria ter tido influências iluministas e, quiçá, Verney tenha alguma relação direta com esse plano de estudos. Quanto às aulas de desenho e de pintura, seus mestres foram Domingos da Rosa, o seu filho, José da Rosa. Beirão inclui também entre seus professores o ilustre pintor Domingos António Sequeira (BEIRÃO, 1944), considerado “o pintor mais notável não só de Portugal como de toda a Europa, e talvez o maior do seu tempo. Nasceu em Belém a 10 de março de 1768; faleceu em Roma a 7 de março de 1837” (PEREIRA; RODRIGUES, 1907b, p. 809-812).

Outra prática comum à nobreza, era a caça, que também muito agradava a jovem princesa, talvez pela preferência de seus pais que amavam tal atividade. Por esta razão, D. José e D. Mariana Vitória viajavam sempre, muitas vezes sem as filhas, como assinala a historiadora Ana Cristina Pereira (2011):

D. Mariana Vitória e D. José, que gostavam bastante da caça, quando se deslocavam para se dedicarem a esta atividade escreviam às filhas a contar as

notícias do dia. A rainha escrevia: «*O dia de hoje esteve péssimo mas, sem embargo disso, fizemos muito boa caçada, matei 4 porcos.*» Por seu turno, D. José insistia para que «*não tornem a escrever. E em lugar disso que se divirtam e brinquem muito. Porque eu sei o que custam estes cumprimentos*» (PEREIRA, 2011, p. 117).

Todavia, assinala Beirão que D. Maria nunca atirou tão bem quanto sua mãe, mas gostava de tomar parte da caçada e, principalmente, cavalgar (BEIRÃO, 1944). Aliás, como mestres de equitação, a princesa teve Carlos António Ferreira do Monte, sargento mor da cavalaria da corte e o Marquês de Marialva (RAMOS, 2010). Este último alcançou o posto de brigadeiro dentro do exército português, também esteve à frente das questões nacionais durante a invasão de Napoleão e representou Portugal na subida ao trono de Luís XVIII. Marialva cuidou do casamento de D. Pedro com a arquiduquesa D. Maria Leopoldina, da Áustria, e ainda, de acordo com Serrão (2014), foi ministro de Portugal em Paris até 1820.

Para além do pitoresco, tais informações dão indícios da atmosfera familiar e cortesã em que cresceu a infante: cercada por cuidados, pais devotados, instruída por membros das famílias tradicionais lusas, para além dos diversos estímulos artísticos possibilitados pela corte de seu avô. Essa formação inicial se mostraria fundamental para a trajetória da Rainha, como veremos.

Se não foi possível localizar grandes informações sobre a educação de D. Maria Francisca, podemos reunir algumas pistas sobre sua formação cortesã a partir de duas personagens fundamentais na instrução real: a aia e o confessor. A aia era responsável pelo acompanhamento da infanta junto à família. Detinha uma função especial, pois figurava entre os oficiais maiores da Casa Real. Além disso, possuía privilégios como o de “voto na escolha dos mestres, assistiam o beija-mão, acompanhavam as infantas nas viagens, passeis e actos religiosos” (RAMOS, 2010, p. 50). Também era uma espécie de tutora, regulando as ações e ensinando os costumes da corte.

A aia de D. Maria Francisca foi escolhida logo no seu nascimento, D. Ana Catarina Henriqueta de Lorena (1691-1761), ela era filha do Marquês de Abrantes (RAMOS, 2010). Oriunda da nobreza de primeira linhagem, tinha entre seus antepassados o primeiro duque de Cadaval, quarto marquês de Ferreira e o quinto conde de Tentúgal. Além disso, cabe destacar que D. Ana Catarina já ocupava a função de camareira-mor da rainha D. Mariana Vitória, mulher do rei D. José I, mãe da infanta. Inclusive, foi agraciada com o título de duquesa de Abrantes em quatro de dezembro de 1753 (PEREIRA; RODRIGUES, 1907a).

Outra peça fundamental na educação régia era o confessor. Na corte portuguesa de D. João V a D. Maria I, tal função era carregada de prestígio, uma vez que eram escolhidos pelos monarcas para si, para a rainha e para os seus filhos. O confessor da infanta foi o jesuíta Timóteo de Oliveira, que também exercia a mesma função para as irmãs da princesa. Além de tratar de questões espirituais, cabia a ele a instrução da futura reinante no que se referia “a teoria das funções régias no quadro da aliança entre o trono e o altar, decorrente da origem divina dos reis absolutos e da catolicidade do reino de Portugal” (RAMOS, 2010, p. 51).

Maria Francisca teve três irmãs: Mariana Francisca Josefa de Bragança nasceu em sete de outubro de 1736, em seguida Maria Francisca Dorotéia, em 21 de setembro de 1739, e, por fim, Maria Francisca Benedita, em 25 julho de 1746 (BENEVIDES, 1878). A pequena diferença de idade entre as irmãs colaborou para que se transformassem em companheiras de brincadeiras e de passeios (PEREIRA, 2011).

Cada princesa, com suas próprias habilidades, vivenciou anos de florescimento cultural na corte joanina. Com sua irmã Benedita partilhava o gosto pela pintura e desenho, seus quadros a óleo, com temática religiosa podem ser vistos na Basílica da Estrela (BOLÉO, 2009). Já sua irmã Mariana, segundo Ana Cristina Pereira (2011, p. 112), “tinha uma voz encantadora, ao passo que as irmãs não tinham talento

notável [...] concentrava qualidades; dedicava parte do seu dia à leitura, tinha cultura geral e tinha, além de bom gosto e de uma bonita voz, talento para a música”.

De acordo com o inglês Nathaniel William Wraxall (1751-1831), a princesa estava sempre com a mãe e as irmãs, “aos domingos de dia, nas toiradas, e, à noite, na ópera italiana «coberta de diamantes»” (BEIRÃO, 1944, p. 35-36) e em outros momentos fazia passeios de carruagem. Entretanto, enquanto primogênita e sem irmãos que pudessem herdar o trono, Maria Francisca era a herdeira presuntiva de seu pai, o que tornou necessária uma aprendizagem mais próxima dos meandros da política (ROBERTS, 2012).

Se nos primeiros anos de sua infância Maria Francisca havia convivido com a presença marcante de seu avô, cabe considerar que a partir de 1742 a saúde do monarca, muitas vezes descrita como frágil, voltaria a sofrer repetidos revesses que culminariam com sua morte em 1750. O Magnânimo foi se tornando um homem diminuto e pouco enérgico, tendo a rainha D. Maria Ana da Áustria assumido a regência nos períodos mais graves da doença real. E teria, conforme Boléo (2009), a Princesa do Brasil “aprendido com o exemplo da avó” (2009, p. 64).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos apontar de maneira sumária a educação recebida por D. Maria I, a primeira reinante de Portugal. Uma educação baseada na formação cortesã, peculiar a que todas as crianças da alta nobreza recebiam. Isso, podemos observar tanto na formação de D. Maria quanto na de Mariana Francisca, de Maria Francisca Doroteia e de Maria Francisca Benedita, suas irmãs, uma vez que elas partilhavam os mesmos mestres.

Frente ao exposto, conclui-se que a educação recebida pela princesa herdeira D. Maria fazia jus à formação recebida pelos príncipes e pela alta nobreza portuguesa, de modo que essa instrução a habilitou para ocupar o trono português. Para além da

educação formal de uma criança da alta nobreza lusa, D. Maria também teve como referência os exemplos de seus avós e de seus pais o que contribuiu para a construção de seu caráter.

REFERÊNCIAS:

BEIRÃO, Caetano, **D. Maria I, 1777-1792: subsídios para a revisão da história do seu reinado**, 3. ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. **Rainhas de Portugal - Estudo histórico**. Lisboa: Typographia Castro irmão, 1878.

BOLÉO, Luísa V. Paiva. **D. Maria I: a rainha louca**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

BORRÊCHO, Maria do Céu de Brito Varinho. **D. Maria I: A formação de uma Rainha**. Lisboa, dissertação de mestrado em História Cultural e Política, Universidade Nova de Lisboa, 1993.

BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FIGUEIREDO, António Pereira de. **Elogio dos Reis de Portugal, em Latim, e em Portuguez, Illustrados de Notas Históricas e Criticas**. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, MDCCLXXXV (1775).

LENCASTRE, Isabel. **Bastardos reais: Os Filhos Ilegítimos dos Reis de Portugal**. Lisboa: Leya, 2012.

LOPES, Marcos Antônio. **O Imaginário da Realeza**. Londrina: Eduel, 2012.

- MERLO, Patrícia. Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no Setecentos português. **Dimensões**. Vitória: UFES. vol. 34, 2015.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A monarquia barroca (1668-1750). In: RAMOS, Rui (Coord.). **História de Portugal**. 6. ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.
- OLIVEIRA, Ricardo de. As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n. 20, p. 95-122, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/394/420> . Acesso em: 06 Fev. 2017.
- PEREIRA, Ana Cristina; TRONI, Dana. **A Vida Privada dos Bragança: De D. João IV a D. Manuel II – O Dia a Dia na Corte**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
- PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. **Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico**. Vol. I. Lisboa: João Romano Torres-Editor, 1907a.
- PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. **Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico**. Vol. VI. Lisboa: João Romano Torres-Editor, 1907b.
- PEREIRA, José Fernandes. **Arquitetura Barroca em Portugal**. Lisboa: Biblioteca Breve, 1992.
- RAMOS, Luís de Oliveira. **D. Maria I**. Lisboa: Temas e Debates, 2010.
- ROBERTS, Jenifer. **D. Maria I – A vida notável de uma rainha louca**. Portugal: Casa das Letras, 2012.
- SANTOS, Candido dos. António Pereira Figueiredo, Pombal e o Aufklärung. **Revista de História das Ideias**. Porto: Faculdade de Letras. Vol. 4, Tomo I, 1982.

SCHNEIDER, Susan. **O Marquês de Pombal e o vinho do Porto: Dependência e subdesenvolvimento de Portugal no século XVIII**. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1980.

SÉRGIO, António. **Breve interpretação da História de Portugal**. 11. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1983.

SERRÃO, Joel. **Pequeno Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Figueirinhas, 2014.

SERRÃO, Vítor. **O Barroco**. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

SOUSA, António Caetano de. **Historia genealogica da Casa Real Portugueza: desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança: justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé : e offerecida a El Rey D. João V... / por Antonio Caetano de Sousa, Clerigo Regular... ; tomo VII. - Lisboa Occidental : na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1735-1749. - 12 tomos em 13 vol. 1741.**